

# **Demonstrações Financeiras**

## **Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**

31 de dezembro de 2017  
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório de Administração.....	1-2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3-5
Balanço patrimonial .....	6
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	11-37

## Relatório da Administração

A Administração da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

### A Companhia

Possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") - 52,58%, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul") - 27,42%, DME Energética S.A. ("DME") - 10% e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT") - 10%.

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2017	2016
Receita operacional líquida	27.883	53.247
EBITDA	19.416	27.452
Margem EBITDA	69,63%	51,56%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>		
Lucro do exercício	14.670	21.607
Resultado financeiro	1.779	1.146
Imposto de renda e contribuição social	2.966	4.699
Depreciação	1	-
EBITDA	19.416	27.452

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	5.050	8.406
Não circulante	21.033	19.326
Dívida bruta	26.083	27.732
(-) Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos	(11.065)	(21.977)
(=) Dívida líquida	15.018	5.755
Dívida líquida/EBITDA	0,77	0,21

Dívida líquida - a dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos e financiamentos e debêntures do passivo circulante e do passivo não circulante, menos os equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

### Governança Corporativa

No intuito de fornecer informações aos seus acionistas com agilidade, qualidade e transparência, a Companhia possui um Conselho de Administração, constituído desde o início de suas atividades, que é composto por membros efetivos e suplentes representantes de seus acionistas, com o objetivo de estabelecer as diretrizes fundamentais para a Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da ETAU e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo Taesa administra.

## Política de Qualidade

A Etau, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

## Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

## Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pelo valor de R\$101 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o exercício de 2018 nossos auditores independentes prestaram serviços para análise e diagnóstico das mudanças ocorridas nas normas contábeis, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018: CPC48 (IFRS 9) e CPC47 (IFRS15). A Administração foi responsável pelo julgamento sobre os impactos oriundos das aplicações das respectivas normas, os quais estão divulgados em nota explicativa na demonstração financeira de 2017. A prestação de serviço foi custeada pela Controladora Taesa.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria do período anterior**

As demonstrações financeiras da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 16 de fevereiro de 2017 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ 090174/O-4

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016		Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativos</b>				<b>Passivos</b>			
<i>Ativos Circulantes</i>				<i>Passivos Circulantes</i>			
Equivalentes de caixa	4	2.885	3.210	Fornecedores		747	1.565
Títulos e valores mobiliários	5	4.023	14.920	Empréstimos e financiamentos	11	5.011	8.306
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		4.420	4.146	Debêntures	12	39	100
Ativo financeiro de concessão	7	27.539	27.433	Taxas regulamentares		1.395	1.115
Impostos e contribuições sociais		69	59	Impostos e contribuições sociais		4.319	7.929
Outras contas a receber		288	349	Dividendos a pagar	10	11.538	20.482
<b>Total dos Ativos Circulantes</b>		<b>39.224</b>	<b>50.117</b>	Outras contas a pagar		364	2.178
				<b>Total dos Passivos Circulantes</b>		<b>23.413</b>	<b>41.675</b>
<i>Ativos Não Circulantes</i>				<i>Passivos Não Circulantes</i>			
Depósitos vinculados e outros investimentos	6	4.157	3.847	Empréstimos e financiamentos	11	11.049	9.358
Depósitos judiciais		482	439	Debêntures	12	9.984	9.968
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		264	262	Impostos e contribuições diferidos	8	13.689	13.357
Impostos e contribuições sociais		130	75	Tributos diferidos	9	5.868	6.189
Ativo financeiro de concessão	7	105.240	119.646	Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	13	615	615
Intangível		4	-	Outras Contas a Pagar		635	2.108
Outras Contas a Receber		65	65	<b>Total dos Passivos Não Circulantes</b>		<b>41.840</b>	<b>41.595</b>
<b>Total dos Ativos Não Circulantes</b>		<b>110.342</b>	<b>124.334</b>	<b>Total dos Passivos</b>		<b>65.253</b>	<b>83.270</b>
				<b>Patrimônio Líquido</b>			
				Capital social		34.895	34.895
				Reserva de lucros		34.895	34.895
				Dividendos adicionais propostos		14.523	21.391
<b>Total dos Ativos</b>		<b>149.566</b>	<b>174.451</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	15	<b>84.313</b>	<b>91.181</b>
				<b>Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido</b>		<b>149.566</b>	<b>174.451</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	19	<u>27.883</u>	<u>53.247</u>
Serviços de terceiros	20	(4.595)	(4.234)
Material	20	(2.336)	(19.907)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		98	61
Custos dos serviços prestados		<u>(6.833)</u>	<u>(24.080)</u>
Lucro bruto		<u>21.050</u>	<u>29.167</u>
Pessoal		(72)	(74)
Serviços de terceiros	20	(1.315)	(1.417)
Depreciação e amortização		(1)	-
Outras receitas (despesas), líquidas		(247)	(224)
Despesas operacionais		<u>(1.635)</u>	<u>(1.715)</u>
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas dos impostos e das contribuições		<u>19.415</u>	<u>27.452</u>
Receitas financeiras		1.734	1.702
Despesas financeiras		(3.513)	(2.848)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	21	<u>(1.779)</u>	<u>(1.146)</u>
Lucro antes dos impostos e das contribuições		<u>17.636</u>	<u>26.306</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.634)	(6.612)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(332)	1.913
Imposto de renda e contribuição social	14	<u>(2.966)</u>	<u>(4.699)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>14.670</u>	<u>21.607</u>
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária – básico e diluído (em R\$)	18	<u>0,42040</u>	<u>0,61919</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo  
em 31 de dezembro de 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	<u>14.670</u>	<u>21.607</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro abrangente total do exercício	<u><u>14.670</u></u>	<u><u>21.607</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2015		34.895	6.979	27.916	20.069	-	89.859
Dividendos adicionais aprovados - AGO 20/04/2016		-	-	-	(20.069)	-	(20.069)
Lucro do exercício		-	-	-	-	21.607	21.607
Destinação do lucro do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(216)	(216)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	21.391	(21.391)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	15	34.895	6.979	27.916	21.391	-	91.181
Dividendos adicionais aprovados - AGO 28/04/2017		-	-	-	(21.391)	-	(21.391)
Lucro do exercício		-	-	-	-	14.670	14.670
Destinação do lucro do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(147)	(147)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	14.523	(14.523)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15	34.895	6.979	27.916	14.523	-	84.313

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro Líquido do exercício		14.670	21.607
Itens de resultado que não afetam o caixa:			
Remuneração do ativo financeiro de concessão	7 e 19	(13.417)	(13.557)
Correção monetária do ativo financeiro	7 e 19	1.126	(7.698)
Depreciação e Amortização		1	-
Receita de construção	7 e 19	(1.720)	(21.284)
Receita de aplicação financeira	21	(1.734)	(1.702)
Juros e variações monetárias líquidas – Empréstimos	11 e 21	2.019	882
Juros e variações monetárias líquidas – Debêntures	12 e 21	1.071	1.483
Tributos diferidos e outros (*)		(2)	2.367
Imposto de renda e contribuição social	14	2.966	4.699
Provisões para riscos trabalhistas e cíveis	13	-	615
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>			
Redução nas contas a receber concessionárias e permissionárias e no ativo financeiro de concessão, líquidos		28.035	24.684
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(420)	(539)
Redução (aumento) nas outras contas a receber e depósitos judiciais		18	(37)
(Redução) aumento nos fornecedores (*)		(1.136)	355
Aumento nas taxas regulamentares		280	220
(Redução) nas outras contas a pagar		(3.289)	(361)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>28.468</u>	<u>11.734</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(5.889)</u>	<u>(1.594)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>22.579</u>	<u>10.140</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		12.631	(7.853)
(Aumento) no imobilizado e intangível		(5)	-
(Aumento) nos depósitos vinculados e outros investimentos		(310)	(407)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		<u>12.316</u>	<u>(8.260)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de novos empréstimos	11	6.694	9.200
Pagamento de debêntures – juros	12	(1.115)	(1.471)
Pagamento de financiamentos - principal	11	(8.749)	(7.712)
Pagamento de financiamentos - juros	11	(1.568)	(1.227)
Dividendos pagos	10	(30.482)	(740)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(35.220)</u>	<u>(1.950)</u>
Redução líquida nos equivalentes de caixa		<u>(325)</u>	<u>(70)</u>
Saldo inicial de equivalentes de caixa	4	3.210	3.280
Saldo final de equivalentes de caixa	4	<u>2.885</u>	<u>3.210</u>
Redução líquida nos equivalentes de caixa		<u>(325)</u>	<u>(70)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

(\*) Outros - Transações não caixa - referem-se às provisões para fornecedores no valor de R\$318 em 31 de dezembro de 2017 e R\$648 em 31 de dezembro de 2016.

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	12
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	14
4. EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	20
6. DEPÓSITOS VINCULADOS E OUTROS INVESTIMENTOS .....	20
7. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO.....	21
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS .....	23
9. TRIBUTOS DIFERIDOS .....	23
10. PARTES RELACIONADAS.....	23
11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	26
12. DEBÊNTURES .....	27
13. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS .....	28
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	28
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	29
16. COBERTURA DE SEGUROS.....	29
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	30
18. RESULTADO POR AÇÃO .....	34
19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	35
20. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS.....	35
21. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS.....	35
22. COMPROMISSOS ASSUMIDOS.....	36
23. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	36

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de maio de 2002, que tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica denominada Campos Novos/Santa Marta de 230 kV, bem como das subestações de Lagoa Vermelha 2 - RS e Barra Grande - SC e das entradas de linhas e instalações associadas a estas, localizadas nas subestações de Santa Marta - RS e Campos Novos - SC, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 002/2002, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 18 de dezembro de 2002, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 082/2002 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos. A linha de transmissão de 230 kV tem extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação de Campos Novos - SC e término na subestação de Santa Marta - RS, fazendo parte do Sistema Interligado Nacional - SIN. A construção da linha de transmissão foi iniciada no exercício de 2002 e concluída em 24 de julho de 2005.

Controladores - possuem o controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas: Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("CEEE-GT").

Em comunicado ao mercado em 30 de junho de 2017 a Centrais Elétricas brasileiras S/A ("Eletrobrás") informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a transferência da participação acionária da ETAU detida pela Eletrosul. A transferência foi anuída pelo Despacho ANEEL nº 3.339/2017, publicado no D.O.U. em 03 de outubro de 2017. Para que haja conclusão da operação, há necessidade de aprovação pelos órgãos de controle e pelos financiadores, o que não ocorreu até a presente data.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e foram aprovadas pela Administração e pelo Conselho de Administração em 26 de janeiro de 2018.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

### 2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo financeiro de concessão - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da Receita Anual Permitida - RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A TRAF reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b) Receita de operação e manutenção (O&M) - é determinada com base nos seus valores justos e reconhecida de forma linear durante o prazo da concessão.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

d) Impostos, contribuições e tributos - existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e a recuperar – são registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

f) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

### 2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos – a Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos determinados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestadas. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, determinados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

determinados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, as quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e posteriormente medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - a Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos determinados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

c) Instrumento patrimonial - Capital social - ações ordinárias - são classificadas no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo.

### 3.2. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

a) Ativos financeiros - um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

resultado. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros - os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia não identificou perdas ("*impairment*") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

### 3.3. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### 3.4. Receita operacional

Receita operacional proveniente de contratos de concessão: de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e a orientação técnica OCPC 05 - contratos de concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro de concessão, conforme estabelecido pelo parágrafo nº 93 da referida orientação, onde a RAP é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado na construção da linha de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão, sendo esta última reconhecida de forma linear.

Considerando que a Companhia possui o direito incondicional de receber caixa, o ativo financeiro de concessão constituído é baixado mensalmente contra a rubrica de Contas a receber de concessionários e permissionários, cujos vencimentos das faturas ocorrem nos dias 15 e 25 do mês subsequente ao de competência, e no dia 5 do segundo mês subsequente ao de competência.

As receitas de desenvolvimento da infraestrutura, incorridas na fase de construção da linha de transmissão, foram contabilizadas pelos seus valores justos com base no que ditam os pronunciamentos técnicos CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1), e a interpretação técnica ICPC 01 (R1),

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

respeitando o regime de competência e adotando o método de apropriação linear da receita de operação e manutenção.

Com base no exposto anteriormente, a Companhia reconhece suas receitas quando os seus valores puderem ser mensurados com segurança e seja provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia:

- Remuneração do ativo financeiro da concessão, reconhecida até o fim do período da concessão, auferida levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento, definida no início de cada concessão.
- Correção monetária do ativo financeiro, reconhecida desde que o ativo entre em operação até o fim do período da concessão, auferida com base nos índices macroeconômicos determinados no contrato de concessão.
- Operação e manutenção reconhecida de forma linear, mensurada no início de cada concessão, com base no que dita o pronunciamento técnico CPC 30 (R1).
- Desenvolvimento da infraestrutura, incorrida na fase de construção e apenas relacionada às construções das linhas de transmissão e às expansões que gerem receita adicional (receita de reforço), reconhecida no resultado à medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

### 3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias sobre dívidas e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### 3.6. Imposto de renda e contribuição social

A partir do ano calendário de 2016, a Companhia optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, uma vez que a entrada em vigor da Lei nº 12.973/14 acarretou na majoração da alíquota de presunção do IRPJ e CSLL, de 8% (oito por cento) e 12% (doze por cento), respectivamente, para 32% (trinta e dois por cento) nas entidades, sob regime de Lucro Presumido, que prestam serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, gerando discussão sobre a aplicabilidade desta majoração para as transmissoras de energia. O impacto relativo a adoção do Lucro Real em 2016 no imposto de renda e contribuição social diferidos foi de R\$4.228. Não houve impacto significativo no cálculo do PIS e COFINS, pois a maioria das receitas da Companhia se mantiveram no regime cumulativo, uma vez que o contrato de concessão foi assinado em data anterior a Lei nº 10.833 de 2003.

Baseada em jurisprudências recentes, a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL, apurados pelo regime de Lucro Presumido em 2015, decorrente da majoração das alíquotas de presunção advindas com a Lei nº 12.973/14. Esta mudança de estimativa gerou impacto de R\$ 3.012 em 2017.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas na data de competência das

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

### 3.8. Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

### 3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

3.9.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

- Modificações à IAS 7 - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.
- Modificação à IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Modificações à IFRS 12 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

3.9.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor:

CPC 48 (IFRS9) - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de *hedge*. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia não espera um impacto significativo em seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração da norma. Continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. Devido a natureza garantida dos recebíveis, registradas em contrato entre a Companhia e o Poder Concedente, não são registradas provisões para perdas de crédito.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

(a) Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

(b) Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

(c) Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

(d) Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

#### 4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos	2.885	3.210

Equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante	4.023	14.920
Taxa de rentabilidade anual acumulada	104,54% do CDI	106,31% do CDI

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, 100% por meio do FIC de FI Pampulha, fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de "aplicações" da Companhia.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas ao risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

#### 6. DEPÓSITOS VINCULADOS E OUTROS INVESTIMENTOS

	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos vinculados e outros investimentos	4.157	3.847



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Referem-se basicamente aos depósitos vinculados mantidos pela Companhia para garantia do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

**7. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO**

Linha de transmissão	TRAF (a)	31/12/2016	Adiantamento	Adição (b)	Remuneração	Correção Monetária	Baixas	31/12/2017
Campos Novos / Santa Marta	10%	147.079	473	1.720	13.417	(1.126)	(28.784)	132.779
Circulante		27.433						27.539
Não Circulante		119.646						105.240

Linha de transmissão	TRAF (a)	31/12/2015	Adição (b)	Remuneração	Correção Monetária	Baixas	31/12/2016
Campos Novos / Santa Marta	8,32%	129.801	21.284	13.557	7.698	(25.261)	147.079
Circulante		23.032					27.433
Não Circulante		106.769					119.646

(a) A TRAF utilizada em 2016 foi a do exercício encerrado e, em 2017, foi utilizada a média ponderada do exercício.

(b) As principais adições estão relacionadas aos reforços em fase de construção:

Concessão	Descrição	Ato legislativo	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Posição Atual	REIDI (*)
SE Lagoa Vermelha II	Implantação Banco de Capacitor 230 kv- 50MVA	REA nº 6.281(altera o anexo I da REA 6.027 em 11/04/2017) - DOU em 17/04/2017.	R\$1.507	R\$10.272	Previsão para energização: setembro de 2018.	Portaria MME nº 217 de 07/11/2016, e ADE da RFB nº60, de 13/03/2017 - D.O.U de 15/03/2017.

(\*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

**Principais características dos contratos de concessão**

**RAP** - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

**Faturamento da receita de operação, manutenção e construção** - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial (a partir de abril de 2020), estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

**Parcela variável** - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP – a Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração também varia com a sua disponibilidade.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017			Ciclo 2015-2016		
Resolução nº 2.258 de 30/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Resolução nº 2.098 de 23/06/2016 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017			Resolução nº 1.918 de 23/06/2015 Período: de 01/07/2015 a 30/06/2016		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
46.039	(2.207)	43.832	42.527	(2.958)	39.569	38.434	(3.452)	34.982



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

**8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS**

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo (*)	13.689	13.357

(\*) Valores referentes à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

**9. TRIBUTOS DIFERIDOS**

	31/12/2017	31/12/2016
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (*)	5.868	6.189

(\*) Valores referentes à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

**10. PARTES RELACIONADAS**

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

**a) Ativos e receitas**

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<i>Transações com partes interessadas</i>						
1	OCR x Reembolso de custos de compartilhamento de instalações - STC	R\$3 Valor mensal	De 16/11/2006 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a. + multa de 2% a.a./ Atualização anual pelo IGP-M	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
1	OCR x Reembolso de custos de CCI – ETAU x STC	6	6	67	62

**b) Passivos e despesas**

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<i>Transações com os controladores</i>						
1	OCP x Serviço de terceiros - "back-office" - Taesa	R\$49 Valor mensal	24/01/2013 a 24/01/2018	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	O presente contrato está em processo de renovação.
2	OCP x Serviço de terceiros - Engenharia do proprietário e gerenciamento de obra – Taesa	R\$66 Valor mensal	01/06/2015 a 24/12/2016	Juros 1%a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA	Descumprimento de cláusula; atraso injustificado no pagamento; falência, concordata, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.	Contrato encerrado em 26/10/2016 por meio do termo de encerramento definitivo.
3	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - Taesa	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M	Não houve	Eventuais atrasos na implantação, que não sejam imputáveis a Contratada, poderão ser motivo de aditivo para repactuação nos preços até a conclusão dos serviços.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
4	OCP x Serviço de terceiros - Transmissão de dados - CEEE GT	R\$13 Valor mensal	01/01/2017 a 22/06/2018	Juros de 1% e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer cláusula ou condições do contrato; atraso de pagamento injustificado após 90 dias; inexecução total ou parcial das obrigações da CEEE (contratada).	Em 1º de janeiro de 2017 foi celebrado o 3º aditivo do contrato de O&M junto à CEEE que inclui o serviço de transmissão de dados.
5	OCP x Serviço de terceiros – O&M - CEEE GT	R\$147 Valor mensal	23/06/2010 a 22/06/2018  Renovação a cada 4 anos.	Juros de 1%a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Em 1º janeiro de 2017 foi celebrado o 3º aditivo do contrato incluindo os valores de R\$15 e R\$12, referentes ao serviço de transmissão de dados e serviço adicional de O&M do 2º banco de auto transformadores, respectivamente.
6	OCP x Serviço de terceiros - fiscalização - CEEE	R\$79 Valor mensal	De 04/01/2016 até emissão do termo de aceitação definitiva do empreendimento	Juros de 1% a.m. e multa moratória de 2% / Atualização anual pelo IPC-A.	Pode ser rescindido por atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela por 90 dias/ descumprimento de qualquer cláusula do contrato.	Contrato encerrado em dezembro/16.
7	OCP x Serviço de terceiros - CCI - CEEE GT	R\$10 Valor anual	De 15/04/2005 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
8	OCP x Serviço de terceiros – O&M - Eletrosul	R\$59 Valor mensal	23/06/2014 a 23/06/2018  Renovação a cada 4 anos	Juros de 1% a.m + multa de 2% / taxa de juros / Atualização anual pelo IGP-M	O descumprimento de qualquer prazo, disposição ou avença estabelecidos no contrato, que perdure por 30 dias após a sua notificação por escrito à contratada; A prática de qualquer ato que possa acarretar o cancelamento definitivo do contrato de concessão da contratante perante a ANEEL; A dissolução ou liquidação ou a omissão em impugnar um pedido de falência feito contra a contratante dentro do período estabelecido em lei.	Seguro dos equipamentos e bens, seguro de responsabilidade civil geral e responsabilidade da contratante com os custos não arcados pela apólice do seguro de responsabilidade civil geral.
9	OCP x Serviço de terceiros - Comunicação multimídia – Eletrosul	R\$5 Valor mensal	23/12/2005 a 23/12/2020  Renovação a cada 5 anos	Juros de 1% a.m + multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-DI.	Pode ser rescindido por comum acordo das partes, mediante aviso prévio de 180 dias; em caso de extinção da concessão/autorização de qualquer das partes, por determinação legal; por uma das partes, caso a outra parte venha a descumprir as condições definidas no referido contrato.	Não havendo manifestação entre as partes até o prazo máximo de 180 dias corridos antes de expirado o período contratual, o contrato fica automaticamente renovado por igual período.
10	OCP x Serviço de terceiros - CCI - Eletrosul	R\$8 Valor anual	De 04/10/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros 1% a.m + multa de 2%, calculados "pro rata die" / Atualização anual pelo IGP-M.	Pode ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
11	OCP x Outros custos operacionais - aluguel de imóvel - Eletrosul	R\$9 Valor anual	01/11/2014 Renovação anual	Multa de 2% + Juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IGP-M.	Não houve.	Não houve.
12	OCP x Serviço de terceiros – outros – Eletrosul	R\$18 Parcela única	Novembro de 2016 e Dezembro de 2017	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não Houve.	Supervisão e controle do gerador diesel na subestação Barra Grande-SC ao sistema supervisorio SAGE e manutenção.
13	OCP x - reembolso de despesas - Eletrosul	N/A	N/A	N/A	N/A	Serviços administrativos não contemplados no termo de permissão de uso com a Eletrosul.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2017	31/12/2016	2017	2016
1	Taesa – Back office	67	65	818	775
2	Taesa - Serviços de engenharia	-	-	-	811
3	Taesa - Serviços de engenharia - Reforço Banco de Capacitores	68	-	204	-
4	CEEE GT – Transmissão de dados	-	374	170	374
5	CEEE GT – O&M	21	207	2.612	2.341
6	CEEE GT – Serviço de fiscalização	-	-	10	1.039
7	CEEE GT – taxa de conservação (CCI)	-	-	19	-
8	Eletrosul - O&M	-	-	834	725
9	Eletrosul - Comunicação multimídia	10	9	122	114
10	Eletrosul – Contrato de CCI	-	-	15	15
11	Eletrosul – Aluguel de imóvel	-	1	10	10
12	Eletrosul – Outros serviços	29	18	31	18
13	Eletrosul – Reembolso de despesas - Eletrosul	-	-	2	5
		<b>195</b>	<b>674</b>	<b>4.847</b>	<b>6.227</b>

## II - Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2016	Dividendos obrigatórios/adicionais aprovados	Pagamento	31/12/2017
Dividendos a pagar à Taesa	10.771	11.325	(16.029)	6.067
Dividendos a pagar à Eletrosul	5.615	5.905	(8.357)	3.163
Dividendos a pagar à DME	2.048	2.154	(3.048)	1.154
Dividendos a pagar à CEEE – GT	2.048	2.154	(3.048)	1.154
	<b>20.482</b>	<b>21.538</b>	<b>(30.482)</b>	<b>11.538</b>

Tipo de dividendos	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor	Valor por ação ON
Adicionais	2016	28/04/2017	AGO	27/12/2017	10.000	0,28657
Obrigatórios	2016	28/04/2017	AGO	14/07/2017	216	0,00619
Obrigatórios	2015	20/04/2016	AGO	14/07/2017	197	0,00565
Adicionais	2015	20/04/2016	AGO	14/07/2017	20.069	0,57516
					<b>30.482</b>	

Por meio das Cartas nº 136/2017 e 106/2017, de 07 de julho de 2017 e de 03 de julho de 2017, o BNDES autorizou, no âmbito da cláusula décima quinta, inciso XII do contrato de financiamento celebrado juntamente entre a ETAU, a distribuição e pagamento de dividendos acima do mínimo obrigatório, relativos aos exercícios sociais de 2016 e de 2015, nos valores de R\$ 21.391 e R\$20.069, respectivamente.

## III) Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Proporção da remuneração total	2017	2016
Diretoria - remuneração fixa	100%	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado - Diretoria	2017	2016 (*)
Remuneração	197	145

(\*) Valor da remuneração considerado sem encargos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

**11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Características do empréstimo							
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES	15/02/2006	Subcrédito A	8.529	8.529	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a	1
		Subcrédito C	1.022	1.022	15/01/2018	Cesta de moedas + 4% a.a	
		Subcrédito B	51.720	51.720	15/01/2018	TJLP + 4% a.a	
		Subcrédito D	6.197	6.197	15/01/2018	TJLP + 4% a.a	
BNDES Finame Alston	21/12/2015	CCB-subcrédito A	238	228	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	36
BNDES Finame Toshiba	21/12/2015	CCB-subcrédito A	2.833	2.687	15/01/2021	Taxa fixa 9,5%a.a	36
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito A	7.566	7.210	15/08/2021	TJLP + 5,20%a.a	44
BNDES Automático	26/07/2016	CCB-subcrédito B	6.053	5.768	15/08/2021	SELIC + 3,76%a.a	44

Movimentação dos empréstimos e financiamentos						
Financiadores	31/12/2016	Adição	Juros e variações monetária	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2017
BNDES	8.302	-	423	(448)	(7.631)	646
BNDES – Automático (a)	6.391	6.694	1.328	(853)	(1.118)	12.442
BNDES - FINAME ALSTON (a)	233	-	19	(21)	-	231
BNDES - FINAME TOSHIBA (a)	2.738	-	249	(246)	-	2.741
<b>Total</b>	<b>17.664</b>	<b>6.694</b>	<b>2.019</b>	<b>(1.568)</b>	<b>(8.749)</b>	<b>16.060</b>
Circulante	8.306					5.011
Não circulante	9.358					11.049

(a) Os recursos foram captados com o objetivo de financiar a construção de novos reforços na subestação de Lagoa Vermelha II.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2019	2020	2021	2022	Não circulante	Total
URTJ	2.343	1.820	1.820	1.214	-	4.854	7.197
UMBDES	150	-	-	-	-	-	150
SELIC	1.571	1.564	1.564	1.042	-	4.170	5.741
Taxa Fixa	947	972	972	81	-	2.025	2.972
<b>Total</b>	<b>5.011</b>	<b>4.356</b>	<b>4.356</b>	<b>2.337</b>	<b>-</b>	<b>11.049</b>	<b>16.060</b>

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos.

Os financiamentos junto ao BNDES possuem as seguintes cláusulas restritivas financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos:

**BNDES:** (i) manutenção do Índice de Cobertura da Dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes; (ii) e constituição em favor do BNDES de “Conta Reserva do Serviço da Dívida” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, a soma das três últimas prestações do serviço da dívida da Companhia com o BNDES, incluindo principal, juros e demais acessórios, e “Conta Reserva de O&M” com recursos equivalentes a, no mínimo, a soma dos três últimos meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção. A periodicidade do cálculo do ICD é anual, cujo valor está apresentado na rubrica Depósitos vinculados e outros investimentos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

**BNDES Automático:** (i) a razão entre a “dívida líquida” e “EBITDA” deverá ser menor ou igual a 3,0x durante a vigência do contrato; e (ii) o “índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD” deverá ser maior ou igual a 1,3x durante a vigência do contrato. A periodicidade dos cálculos é anual.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Garantias	Financiadores			
	BNDES	BNDES - Automático	BNDES - FINEAME ALSTON	BNDES - FINEAME TOSHIBA
100% das ações da Companhia detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, CEEE-GT e DME.	X	-	-	-
Direitos da concessão ETAU.	X	-	-	-
Recebíveis de concessão ETAU.	X	-	-	-
Fiança Corporativa	-	X	X	X
Conta Reserva (serviço da dívida)	X	-	-	-

## 12. DEBÊNTURES

Financiador	Movimentação de debêntures			
	31/12/2016	Juros incorridos/custos (*)	Juros	31/12/2017
BNP Paribas -1ª emissão	10.068	1.071	(1.115)	10.023
Circulante	100			39
Não circulante	9.968			9.984

(\*) No período de janeiro a dezembro de 2017 e 2016 a amortização dos custos de captação com debêntures foi de R\$16.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2019	Não circulante	Total
CDI	55	10.000	10.000	10.055
(-) Custos a amortizar	(16)	(16)	(16)	(32)
	39	9.984	9.984	10.023

Características das debêntures	
Data da emissão	1º de dezembro de 2014.
Emissão/preço	Foram emitidas 1.000 com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo um valor total de R\$10.000.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados.
Garantias	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	5 (cinco) anos (1º de dezembro de 2019).
Remuneração	108% (cento e oito por cento) do CDI.
Data de pagamento dos juros	Semestralmente, no dia 1º dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 1º de junho de 2015 e o último será realizado em 1º de dezembro de 2019.
Prazo de amortização	Parcela única no vencimento da operação (1º de dezembro de 2019).
Data de aprovação em AGE	12 de novembro de 2014.
Outras informações	Os recursos provenientes dessa emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$10.032 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$78, representando 0,78% dos recursos captados.

As debêntures foram totalmente adquiridas pelo fundo de investimento “FIC de FI Pampulha”.

O contrato de debêntures possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência do respectivo contrato.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

### 13. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, e trabalhistas, que envolvem discussão de reclamação de adicional de periculosidade e verbas rescisórias, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$13.

	31/12/2017 e 31/12/2016
Provisões para Riscos Cíveis	495
Provisões para Riscos Trabalhistas	120
	615

#### Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$152, sendo R\$66 referentes a contingências cíveis e R\$86 a contingências tributárias (em 31 de dezembro de 2016, R\$90, sendo R\$14 referentes a contingências cíveis e R\$76 a contingências tributárias), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

#### Outros assuntos relevantes

ICMS sobre prestação de serviços - a Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. O Convênio ICMS 117/04 do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua cláusula primeira, cita que fica atribuída ao consumidor de energia elétrica, conectado à rede básica a responsabilidade pelo pagamento do imposto devido pela conexão e pelo uso dos sistemas de transmissão na entrada de energia elétrica no seu estabelecimento. A Administração entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remoto, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada, e em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.

### 14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.634)	(6.612)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(332)	1.913
	(2.966)	(4.699)

Correntes - calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

Diferidos - registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	2017	2016
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	17.636	26.306
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(5.996)	(8.944)
IRPJ e CSLL diferidos sobre ativo financeiro pela mudança de alíquota de presunção – lucro real	3.012	4.228
Outros	18	17
Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	(2.966)	(4.699)
Alíquota efetiva	17%	18%

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social totalmente integralizado era de R\$34.895, representado por 34.895.364 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação.

Composição acionária (*)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	18.349.309	52,5838
Eletrosul	9.566.983	27,4162
DME	3.489.536	10,0000
CEEE-GT	3.489.536	10,0000
<b>Total</b>	<b>34.895.364</b>	<b>100,0000</b>

(\*) Titulares de ações ordinárias têm direito a um voto por ação nas Assembleias Gerais.

### Reserva de lucros

- Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 a Companhia não constituiu Reserva legal, pois o saldo desta reserva estava no limite de 20% do capital social.
- Reserva especial - constituídas com todo ou parte do lucro remanescente com a finalidade de suportar o orçamento anual ou plurianual de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, que delibera sobre as demonstrações financeiras do exercício.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 1%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

### Destinação do lucro do exercício

Destinação do lucro do exercício - Ratificada na AGO de 28/04/2017 (*)	31/12/2017	31/12/2016 (*)
Lucro do exercício	14.670	21.607
Dividendos obrigatórios (1%)	(147)	(216)
Dividendos adicionais propostos	(14.523)	(21.391)

## 16. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite Máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Tokyo Marine	20/09/17 a 19/09/18	10.000	-	3
Risco operacional	Fator	19/11/17 a 18/11/18	-	14.842	15
Responsabilidade civil de diretores e administradores	Liberty Seguros	19/09/16 a 18/09/18	15.000	-	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 17.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração referentes ao risco de mercado (risco de taxa de câmbio, juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

### 17.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e debêntures, deduzidos pelos equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos, e patrimônio líquido.

### 17.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativos financeiros</b>		
- Bancos	2.885	3.210
<i>Mensurados a valor justo por meio do resultado</i>		
- Títulos e valores mobiliários	4.023	14.920
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
- Depósitos vinculados e outros investimentos	4.157	3.847
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.684	4.408
- Ativo financeiro de concessão	132.779	147.079
	<b>148.528</b>	<b>173.464</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	747	1.565
- Empréstimos e financiamentos	16.060	17.664
- Debêntures	10.023	10.068
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	634	2.108
	<b>27.464</b>	<b>31.405</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

**17.4. Risco de mercado**

**17.4.1 Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui R\$150 equivalentes a 0,57% de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar norte-americano). Uma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar de forma negativa o resultado da Companhia.

**17.4.2 Gestão do risco de taxa de juros**

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

**17.4.3. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros**

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	Cenário provável em 31/12/2018	31/12/2017
CDI/SELIC (a)	6,63%	9,93%
URTJ (b)	6,75%	6,75%
PTAX - Dólar (a)	3,45	3,3080

(a) Divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 19 de janeiro de 2018 – Fonte externa independente.

(b) A Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base na taxa divulgada no "site" do BNDES, obtida no dia 19 de janeiro de 2018 – Fonte externa independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2017	Efeito provável no LAIR - 2018 - aumento (redução)
<b>Ativos financeiros</b>		
Títulos e valores mobiliários e depósitos vinculados e outros investimentos – CDI	8.180	(270)
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos e debêntures		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2017	Efeito provável no LAIR - 2018 - aumento (redução)
- TJLP	7.199	-
- UMBNDES (cesta de moedas) (a)	150	(6)
- CDI/SELIC	15.796	521
		<u>245</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2017, o dólar representava 99,5% da cesta de moedas BNDDES. Taxa utilizada para cálculo dos cenários prováveis foi a PTAX – Dólar.

#### 17.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado pois as contrapartes em que tais instrumentos são mantidos são instituições financeiras que atendem a política de investimento da Companhia, cujo risco de crédito é avaliado com base na classificação das principais agências de "rating", índice de Basileia e patrimônio líquido.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações a receber de concessionárias e permissionárias, e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária – CFB.

As principais vantagens desse mecanismo de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

#### 17.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia possui empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"), que se não cumpridas, pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros e de amortização; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos e Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Pós-fixada	1.008	712	3.626	22.106	27.452
Pré-fixada	67	204	897	2.224	3.392
Total	<u>1.075</u>	<u>916</u>	<u>4.523</u>	<u>24.330</u>	<u>30.844</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

17.7. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

Risco de seguros - contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, a atrasos na execução da obra e a potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Risco de descontinuidade de um fornecedor específico que não tenha substituto no mercado - a Companhia pode ser obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais, mas algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos maiores do que os previstos originalmente e, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final.

O objetivo da Companhia é administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia nos custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

17.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

**17.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	Hierarquia do valor justo
Ativos financeiros - Títulos e valores mobiliários	5	4.023	14.920	Nível 2

**17.8.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)**

Exceto pelos valores detalhados a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/12/2017		31/12/2016		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros-Ativo financeiro de concessão	5	132.779	151.951	147.049	165.275	Nível 3

**Técnicas de avaliação**

Ativo financeiro de concessão: no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro de concessão, por meio do recálculo da taxa de remuneração, determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada, que considera a alteração de variáveis de mercado (inflação norte-americana, taxa livre de risco e o risco Brasil), com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.

A movimentação do ativo financeiro e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$ 12.291 em 2017 (R\$21.255 em 2016) estão divulgadas na nota 7 – Ativo financeiro de concessão, e as principais metodologias utilizadas estão divulgadas na nota 3 – Políticas Contábeis.

**18. RESULTADO POR AÇÃO**

	2017	2016
Lucro do exercício	14.670	21.607
Quantidade de ações ordinárias	34.895	34.895
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,42040	0,61919

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

**19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

Composição da receita operacional líquida	2017	2016
Remuneração do ativo financeiro de concessão	13.417	13.557
Correção monetária do ativo financeiro de concessão (a)	(1.126)	7.698
Operação e manutenção	11.788	10.793
Construção e indenização (b)	1.720	21.284
Parcela variável	(168)	(166)
Outras receitas (c)	5.329	4.946
Receita operacional bruta	30.960	58.112
PIS e COFINS correntes	(1.738)	(1.575)
PIS e COFINS diferidos	320	(1.719)
Encargos setoriais - Cota para RGR, P&D e TFSEE	(1.659)	(1.571)
Deduções da receita	(3.077)	(4.865)
Receita operacional líquida	27.883	53.247

- (a) A variação do saldo justifica-se pela variação do IGP-M: -0,88% em 2017 e 7,12% em 2016, índices acumulados nos períodos de dezembro/2016 a novembro/2017 e dezembro/2015 a novembro/2016, respectivamente.
- (b) Reforço na subestação Lagoa Vermelha II (vide nota explicativa nº 22).
- (c) A variação é proveniente das receitas de rede de fronteira e Demais Instalações - DIT.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2017	2016
Receita operacional bruta	30.960	58.112
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(538)	(17.279)
tributação pelo regime de caixa		
Receita operacional bruta tributável	30.422	40.833

**20. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS**

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços prestados: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação multimídia e serviços de engenharia.

Custos com materiais: custos relacionados aos reforços em fase de construção.

Despesas com serviços prestados: referem-se basicamente às despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação e auditoria.

**21. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS**

	2017	2016
Renda de aplicação financeira	1.734	1.702
Receitas financeiras	1.734	1.702
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(1.516)	(1.306)
- Variação monetária	(504)	424
	(2.020)	(882)
Debêntures		
- Juros incorridos	(1.071)	(1.483)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(3.091)	(2.365)
Outras despesas financeiras, líquidas	(423)	(483)
Despesas Financeiras	(3.513)	(2.848)
	(1.779)	(1.146)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

## 22. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção dos ativos - parte das atividades é realizada pela CEEE-GT e parte pela Eletrosul.

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, esteja condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licença ambiental			
Trecho	Licença de Operação n°	Data de emissão	Data de vencimento
Campos Novos/Santa Marta	452/2005	05/10/2007	02/12/2021

• Compensação Ambiental - Reposição Florestal da ETAU com a Secretaria do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul - SEMA/RS - foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Em 25 de julho de 2012, o Conselho de Administração da ETAU aprovou a aquisição do terreno, que ocorreu em abril de 2017, juntamente com a sua doação.

Contrato para implementação do reforço na subestação Lagoa Vermelha II - no dia 26 de outubro de 2015, a Companhia celebrou um contrato com a Energ Power Ltda., na modalidade Lump Sum Turnkey, cujo objeto é o fornecimento de todos os bens, equipamentos, materiais e a execução de todos os serviços necessários à completa implantação e perfeito funcionamento do 2º banco de autotransformadores da subestação de Lagoa Vermelha II, no valor de R\$16.709. Em 31 de dezembro de 2017 não havia saldo a pagar ao fornecedor. O empreendimento entrou em operação comercial definitiva em 26 de outubro de 2016 conforme carta ONS n° 1526/100/2016. A Companhia emitiu o Termo de Aceitação Provisório – TAP em 26 de novembro de 2016 emitindo uma correspondência para a Energ Power Ltda. Nessa data iniciou o período de garantia técnica pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial do empreendimento, conforme estabelecido em contrato. A Companhia espera emitir o Termo de Aceitação Definitivo – TAD após o término da garantia técnica.

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Liquidação do empréstimo com o BNDES – Em 15 de janeiro de 2018 a Companhia liquidou o empréstimo junto ao BNDES no valor de R\$644 (parcela 144/144), ficando desobrigada de manter as contas vinculadas junto ao Banco do Brasil (administrador da conta), com o saldo de R\$4.298 em 16 janeiro de 2018. A disponibilização do saldo da conta dar-se-á após recebimento da declaração de quitação emitida pelo BNDES, quando o banco atesta não haver mais qualquer obrigação de natureza financeira e não financeira da Beneficiária.

\* \* \* \* \*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria (Taesa)	Diretor Geral e Financeiro
Nelson Gravino (Eletrosul)	Diretor Técnico

Conselho de Administração	
Titulares	Suplentes
Fábio Antunes Fernandes (Taesa)	Marco Antônio Resende Faria (Taesa)
Vago (Eletrosul)	Rogério Bonini Ruiz (Eletrosul)
Paulo de Tarso Gaspar Pinheiro Machado (CEEE-GT)	Luis Carlos Saciloto Tadiello (CEEE-GT)
Marcelo Dias Loichate (DME)	Miguel Gustavo Junqueira Franco (DME)

Wagner Rocha Dias  
Contador  
CRC-RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49